

O DELÍRIO RACIAL COMO INIMIGO DO PROGRESSO HUMANO*

EL DELIRIO RACIAL COMO ENEMIGO DEL PROGRESO HUMANO

RACIAL DELIRIUM AS THE ENEMY OF HUMAN PROGRESS

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49574>

György Lukács¹

[Tradução: André Brandão²]

Resumo: Lukács analisa a trajetória que, pela desilusão com a igualdade democrático-burguesa, produz uma alternativa reacionária qualitativamente distinta, intensificada pela miséria vivida no Entreguerras. O nazismo articula as insatisfações sociais ao organizar um sólido partido de massas. Ao tomar o poder, os nazistas instauram um governo de opressão sobre todas as direções sociais, eliminando qualquer rastro de oposição, com o objetivo de pôr o capital alemão como senhor do mundo. O meio ideológico que o fundamenta é a teoria racial, que proclama a superioridade da raça ariana e a inferioridade de todos aqueles “estranhos à raça”. A destruição do nazismo e sua dominação racial é um pressuposto para a condução da luta histórica pelo progresso humano, enquanto humanização da humanidade.

Palavras-chave: Lukács. Nazismo. Teoria racial. Antirracismo. Humanismo.

Resumen: Lukács analiza la trayectoria que, a través de la desilusión con la igualdad democrática burguesa, produce una alternativa reaccionaria cualitativamente distinta, intensificada por la miseria experimentada en el período de entreguerras. El nazismo articula las insatisfacciones sociales organizando un sólido partido de masas. Al tomar el poder, los nazis instauraron un gobierno de opresión de todas las direcciones sociales, eliminando cualquier rastro de oposición, con el objetivo de hacer del capital alemán el señor del mundo. El medio ideológico en el que se basa es la teoría racial, que proclama la superioridad de la raza aria y la inferioridad de todos aquellos “extraños a la raza”. La destrucción del nazismo y de su dominación racial es un presupuesto para la conducción de la lucha histórica por el progreso humano, como humanización de la humanidad.

Palabras clave: Lukács. Nazismo. Teoría racial. Antirracismo. Humanismo.

Abstract: Lukács analyzes the trajectory that, through disillusionment with bourgeois democratic equality, produces a qualitatively distinct reactionary alternative, intensified by the misery experienced in the interwar period. Nazism articulates social dissatisfactions by organizing a solid mass party. Upon taking power, the Nazis establish a government of oppression over all social directions, eliminating any trace of opposition, with the aim of making German capital lord of the world. The ideological means on which it is based is racial theory, which proclaims the superiority of the Aryan race and the inferiority of all those “strangers to the race”. The destruction of Nazism and its racial domination is a presupposition for the conduct of the historical struggle for human progress, as the humanization of humanity.

Keywords: Lukács. Nazism. Racial theory. Anti-racism. Humanism.

A teoria racial constitui o centro da assim chamada “visão de mundo nacional-socialista”. Ela é a base ideológica de todas as atrocidades cometidas pelos nazistas na própria Alemanha e no resto do mundo, tanto na guerra como na paz. Aqui, não é algo tão importante saber se todos os soldados alemães e toda a população civil alemã realmente [*wirklich*?] estavam impregnados pela teoria racial, ou se de fato a conheciam de todo. Em todo o caso, amplos setores populares – sabendo ou não – tornaram-se cúmplices ativos ou passivos das atrocidades nazistas, guiadas pela teoria racial. Com a ajuda da teoria racial, surge uma certa impressão, como se um povo tão grande quanto o povo alemão, um povo com um passado tão glorioso, tivesse se degradado ao ponto de se tornar um bando de carrascos, saqueadores, assassinos e incendiários.

A barbárie nazista é um fenômeno sem precedentes na história da humanidade. É claro que, no decurso do movimento desigual e contraditório da sociedade, houve vários períodos da mais sombria reação. A humanidade viveu repetidamente tempos obscuros, de retrocessos cruéis, nos quais todas as forças amotinavam-se contra o progresso. Temos vivido a opressão e perseguição de uma religião por outra, de uma classe e do seu partido sobre outra. Mas todos estes fatos tristes e vergonhosos têm sido ofuscados pelo nazismo. Ele oprimiu e perseguiu tudo o que não se submetesse a ele de maneira plena e total. Do comunismo ao catolicismo, todas as expressões de dissidência na Alemanha foram punidas com a prisão e com o campo de concentração, com a tortura e com a execução.

Nós podemos ver como a expansão e a propagação quantitativa do terror reacionário produzem uma nova qualidade. Um regime reacionário, que, desta maneira, oprime todas as direções sociais e ideológicas, que torna uniforme toda a vida a esta forma reacionária, que se estende de modo tão “totalizante” [*total*], sobre todas as expressões de vida dos seres humanos [*Menschen*?], nunca antes existiu na história da humanidade.

Mas a transformação da crueldade quantitativa do poder reacionário numa nova qualidade também se manifesta na sua técnica de execução. Em tempos anteriores, de recuos reacionários, os órgãos do terror branco eram geralmente um mercenário, um soldado pago e fanático, o lumpenproletariado e a lumpenburguesia. Diante da fúria da restauração reacionária, os mais amplos estratos do povo foram, em sua maioria, espectadores horrorizados e intimidados. O nazismo, no entanto, apoiou-se num poderoso partido de massas – com milhões de membros – e em numerosas organizações auxiliares nas suas medidas opressivas e cruéis contra todo o progresso humano. A propaganda abarcou milhões, atraiu milhões para o seu campo de influência, como cúmplices das suas atrocidades: fanatizou e hipnotizou grande parte do povo com a sua demagogia nacional e social, e induziu-os a participar ativamente do terror reacionário. E a grande parcela de tais massas que não sucumbiu – ou sucumbiu apenas parcialmente – a esta hipnose foi tão intimidada e desarmada pela sugestão das massas, que não só permitiu que as atrocidades ocorressem sem protesto, como até participou delas⁵. Desta situação peculiar, surge uma falsa concepção – apesar de tudo – que equipara o nazismo ao povo alemão.

Finalmente: este terrível poder de massas foi baseado numa arbitrariedade completa. A “revolução nacional-socialista” tinha um objetivo muito definido e reacionário: queria fazer dos círculos mais reacionários dos imperialistas alemães os autocratas absolutos da Alemanha, e depois, com a ajuda de uma Alemanha totalmente militarizada, os senhores de todo o mundo, transformando todos os povos em hilotas⁶ robotizados dos grandes proprietários de terras e dos capitães da indústria militar da Alemanha. Mas este objetivo concreto não foi mencionado em parte alguma do programa nazista. Este programa, destinado às massas e demagogicamente divulgado entre o povo, era basicamente uma acumulação, uma justaposição de exigências e reivindicações que se contradiziam de forma grotesca. Com a demagogia mais gritante e grosseira, a propaganda prometia a todos exatamente o que eles queriam, com a ressalva cínica de que o poder nazista nunca esteve atrelado a qualquer promessa do seu programa. Assim, antes da tomada do poder, foi prometido aos inquilinos uma redução dos aluguéis e aos senhorios um aumento; aos trabalhadores um aumento dos salários e aos capitalistas uma redução, etc.; da mesma forma, a diplomacia alemã prometeu aos húngaros toda a Transilvânia e aos romenos a restituição dos territórios da Transilvânia atribuídos aos húngaros, e assim por diante.

Essas contradições grosseiras não foram descobertas pelo povo, ou foram descobertas apenas de forma muito insuficiente. Levadas pela grave crise de 1929 ao desespero e a um estado de falta de esperança e de perspectivas, as massas foram colocadas pela demagogia nacional e social dos nazistas numa embriaguez, numa hipnose, renunciando a todas as críticas, esperando um milagre da “revolução nacional-socialista”, isto é, aguardando a sua súbita e completa salvação de todas as suas dificuldades. Esta embriaguez das massas foi explorada com o máximo cinismo pela liderança nazista. E o meio ideológico para este engano das massas foi justamente a teoria racial, que teve o seu conteúdo alterado a todo momento, mas sempre se manteve com o mesmo objetivo e método.

A teoria racial serviu aos nazistas para desviar o anseio pelo renascimento nacional e social da nação alemã para uma doutrina demagógica do domínio alemão sobre todo o mundo. De acordo com a teoria racial, os arianos, sobretudo os povos germânicos, e entre eles sobretudo os alemães, são a raça destinada à dominação mundial, a única raça realmente de valor elevado, que tem de governar “naturalmente” sobre as “misturas ruins, inferiores, as bastardizações”. De fato, Hitler e Rosenberg pregaram que o povo alemão, no decurso do século XIX, tinha se afastado do caminho do desenvolvimento racial. A sua história, eles disseram, mostrava certos fenômenos; o seu Estado possuía instituições que não correspondiam à essência racial da germanidade, que não eram “propriamente da sua espécie” [*arteigen*]⁷ (isto incluía, acima de tudo, a democracia e o socialismo). A tarefa da “revolução nacional-socialista” era, portanto, conduzir o povo alemão de volta à pureza racial, dar-lhe uma estrutura política e social que fosse “propriamente da sua espécie”, e, assim, tornar a nação alemã capaz de dominar o mundo. Por um lado, a teoria racial proclama que todas as diferenças sociais, classes, etc., são fenômenos superficiais insignificantes, invenções de elementos estranhos à raça (sobretudo os judeus); declara ainda que todos os alemães, na medida em que são de sangue puro, formam uma nação uniforme e indivisível. Por outro lado, ela propaga a afirmação de que não pode haver nenhum acordo, nenhum

compromisso de qualquer tipo entre as raças singulares. Qualquer mistura de raças seria prejudicial para a raça superior. As raças não podiam viver pacificamente lado a lado; ou se destruiriam umas às outras ou se subjugariam totalmente; só podia haver a relação de senhores e escravizados.

Sob o signo desta teoria racial, qualquer pessoa na Alemanha que, em contradição com o nazismo, procurasse uma renovação efetiva da sua pátria, qualquer pessoa que não renunciasse aos seus direitos de forma isenta de vontade [*willenlos*], era declarada “sub-humana e estranha à raça”, contra a qual a crueldade desenfreada, a opressão tirânica ilimitada seria o único meio “próprio da espécie” possível.

Sob o signo da teoria racial, todos os outros povos foram considerados objetos de exploração do imperialismo alemão. Mesmo diante da guerra, todos os povos não germânicos foram declarados como sendo “raças inferiores”, cujo destino “natural” só podia ser a execução de trabalho escravo para a “raça dos senhores”. Em seguida, a prática da guerra aboliu a distinção entre povos germânicos e não germânicos. Os dinamarqueses, holandeses e noruegueses foram tão impiedosamente oprimidos e explorados quanto os “estranhos à raça”: sérvios, checos, gregos, ucranianos, polacos, etc. Naturalmente, os povos oprimidos resistiram de várias formas. Para além de medidas repressivas, o fascismo alemão também reagiu a isto nos termos de uma “teoria racial”. Uma circular assinada por Alfred Rosenberg e Martin Bormann declarou que os povos nórdicos não eram arianos plenos, mas uma mistura de povos, uma raça que se fez bastarda, com elementos finlandeses-mongóis, eslavos, celto-gauleses, etc. Consequentemente, os alemães deviam ser considerados os únicos e verdadeiros representantes do núcleo ariano puro em todo o mundo. Assim, a teoria racial surge aberta e cinicamente como a ideologia da escravização de todos os povos, como a ideologia da autocracia absoluta dos alemães.

Já se pode ver a partir deste exemplo com qual arbitrariedade esta “teoria” foi posta em prática. A arbitrariedade reside na essência da questão, porque o momento decisivo em cada caso individual foi a teoria mística da raça. Agora, uma vez que os povos não alemães estão destinados pela “natureza”, pela “lei” da raça, a servir os alemães, é completamente indiferente por quais meios, seja pela fraude ou pela força bruta, eles são levados a este destino “eterno”. Uma vez que a renovação do povo alemão pressupõe a pureza racial dos seus membros, a “adequabilidade natural” das suas instituições com a espécie que lhe é própria, mais uma vez é completamente indiferente por quais meios este objetivo é imposto. Qualquer meio é permitido contra os sub-humanos estranhos à raça que “envenenam a pureza e a força da raça germânica”; novamente, não existem critérios objetivos para quem pertence ao povo racialmente puro. Os próprios nazistas – sobretudo o seu “*Führer*”⁸, em cuja “figura salvadora” encarna a pureza racial – decidem soberanamente quem deve ser considerado racialmente puro. Diante da voz da pureza racial, cada objeção da razão, cada crítica às ações do “*Führer*” deve ser silenciada: quem não se submete aos seus mandamentos de maneira desprovida de vontade é, pelo simples fato de criticar, desmascarado, exposto como um elemento bastardo, de raça impura, e, portanto, de forma “plenamente justificada”, pode ser entregue ao mais tirânico terror como um fora-da-lei.

Assim, a teoria racial culmina com a lógica do ilógico, com o misticismo em torno da pessoa do “*Führer*”, Hitler. A teoria racial permaneceu essencialmente um segredo, um mistério, um mito, ainda que

houvesse tentativas incessantes de lhe dar uma justificação amadora, pseudocientífica. Cada decisão, tanto em questões de princípio como em casos individuais, é uma proclamação mística do “Führer”. A razão e o entendimento, na medida em que não tenham sido rebaixados ao serviço da demagogia teórica da raça, são desaprovados e perseguidos. A palavra de poder de um indivíduo medíocre como Hitler (a palavra de poder do imperialismo alemão sanguinário e ganancioso) decide todas as questões, dá a palavra de ordem para cada ação bárbara, não tolerando qualquer resistência.

Assim se dá o fundamento “teórico” da mais terrível barbárie conhecida: a história humana estaria concentrada na teoria racial. É irrelevante para as nossas considerações que esta teoria racial seja, cientificamente falando, uma caricatura risível. Também é insignificante o fato de que ela, enquanto crença demagogicamente propagada – como substituta nazista da religião –, seja inexpressiva. Num período da mais profunda crise nacional e social do povo alemão, houve vigaristas engenhosos que conseguiram explorar demagogicamente o desespero das mais amplas massas e, com a sua ajuda, chegaram ao poder. Por mais estúpido que seja o seu conteúdo, por mais nula que seja a sua fundamentação, por mais cínico que seja o seu emprego, o fato é que estamos a lidar aqui com a base ideológica de uma nova incursão bárbara na civilização, com a tentativa de desviar a humanidade do caminho que vem seguindo há milênios, para destruir os resultados de milênios de luta pela civilidade [*Gesittung*⁹] e pela cultura. Não estamos tratando apenas da prática bárbara dos nazistas, mas sobretudo da “teoria” da barbárie, da elevação da barbárie ao princípio da ação humana. A teoria da raça é, acima de tudo, inimiga do progresso humano, porque proclama, por princípio, a desigualdade entre as pessoas e entre os povos; porque, fundamentalmente, compromete-se a eliminar do mundo a igualdade de direitos [*Gleichberechtigung*¹⁰] entre as pessoas e entre os povos.

A luta contra o nazismo é, portanto, uma luta pela liberdade e pela igualdade entre as pessoas e entre os povos. A teoria racial e a sua implementação na prática ameaçam as realizações mais importantes pelas quais a humanidade tem lutado ao longo de milhares de anos.

Ninguém afirmaria que há, na maioria das sociedades atualmente existentes, uma igualdade efetiva e completa entre todos os seres humanos. Contudo, por mais que se possa julgar os fatos do presente, já não há qualquer disputa na humanidade civilizada no que diz respeito ao princípio da igualdade entre as pessoas e entre os povos. Existiram e existem disputas sobre como interpretar este princípio, o que se deve entender por ele – e estas diferenças de opinião estão entre as mais importantes tendências espirituais [*geistig*¹¹] que impulsionam o presente. Neste ponto, apenas os nazistas quiseram regredir o rotor [*Rad*¹²] do desenvolvimento e alçar uma desigualdade fundamental ao posto de lei suprema, uma supressão [*Aufhebung*¹³] por princípio da igualdade entre as pessoas e entre os povos.

É claro que esta não foi a primeira tentativa da reação para se opor ao progresso da humanidade. Na história das tentativas de restauração, bem-sucedidas ou fracassadas, descobriremos sempre um traço comum. Sempre que, como resultado de grandes lutas, a humanidade foi alçada a um novo e mais elevado patamar de igualdade entre as pessoas e entre os povos, a reação tem procurado impedir este movimento de avanço, revertê-lo e instituir novamente o império da desigualdade arcaica.

Pense na ideologia e na prática da Restauração após a grande Revolução Francesa. A sua ambição era substituir os fundamentos sociais da sociedade burguesa moderna – criada através das lutas pela liberdade dos povos inglês, americano e francês nos séculos XVII e XVIII – por uma restauração da estratificação feudal. Sabemos que tais tentativas, apesar dos sucessos políticos temporários, fracassaram miseravelmente devido à evolução econômica e social.

Não é por acaso que este surto de reação se seguiu à grande Revolução Francesa (e à Declaração de Independência da América), pois foram nestas revoluções que pôde-se lançar os fundamentos políticos e jurídicos da sociedade burguesa moderna, da cultura moderna e da civilização: igualdade perante a lei, igualdade de direitos e deveres políticos, igualdade entre os povos. Com esta proclamação dos direitos humanos, a humanidade deu um passo decisivo que determinou o caráter de todo o período subsequente, na sua amplitude e nos seus limites, nos elementos positivos e negativos dos seus princípios.

Por mais radical que tenha sido esta virada na história da humanidade, ela é apenas o culminar de tendências sociais e ideológicas milenares, sonhos milenares dos melhores representantes da humanidade. Não há nação em que a lenda da Idade de Ouro não tenha permanecido viva de uma forma ou de outra; a memória da humanidade de um estado de completa igualdade que outrora possuiu, mas que perdeu no curso de seu desenvolvimento. Desde as pesquisas fundamentais de Bachofen e Morgan, nós sabemos que esta lenda tem as suas bases históricas. Mas também sabemos que a passagem deste paraíso infantil da humanidade não foi uma mítica Queda do Homem [pecado original], como é retratado nas lendas, mas a necessidade férrea de um desenvolvimento histórico superior. Sabemos que os estados da mais gritante desigualdade entre os seres humanos têm sido fases necessárias no desenvolvimento da humanidade até aqui.

Mas a necessidade histórica nunca é um fatalismo cego. E os melhores e mais amplos espíritos sempre se opuseram impetuosamente à desigualdade existente na sua época, por mais inevitável que seja econômica e socialmente, em nome do futuro da humanidade. A antiguidade baseava-se, pela necessidade econômica, na separação estritamente desigual entre os livres e os escravizados. Ergueram-se barreiras muito altas entre gregos e bárbaros, entre romanos e bárbaros. Mas já em Heródoto encontramos o esforço sério pela compreensão da peculiaridade dos povos estrangeiros, os bárbaros, e de se aprender com eles. A partir deste ponto, dos tragediógrafos aos estoicos, de Epicuro às seitas misteriosas da antiguidade tardia, há uma linha ascendente: uma luta para superar espiritualmente as barreiras sociais da própria sociedade, para reconhecer o escravizado como um ser humano interiormente igual, para compreender os povos “bárbaros”, para eliminar intelectualmente a desigualdade humana.

Não é possível expor aqui, nem mesmo em linhas gerais, esta luta cheia de vicissitudes entre progresso e reação, entre liberdade e opressão, entre igualdade e desigualdade. A história da humanidade, do pensamento humano, do desenvolvimento da cultura dos sentimentos [*Entwicklung der Kultur der Gefühle*], tem essencialmente esta luta como seu conteúdo.

O entusiasmo com que a humanidade progressista e civilizada saudou em escala internacional a grande Revolução Francesa, o “glorioso amanhecer” como Hegel lhe chamou, baseou-se intimamente no

sentimento de que o humanismo havia ganho, sob este ponto de vista, uma de suas batalhas decisivas. A filosofia da história de Hegel, nascida desta experiência vivida [*erlebnis*], vê aqui o critério para o progresso no desenvolvimento da humanidade. Para Hegel, o sentido da história é a realização da liberdade para a humanidade. A sua periodização é conformada de acordo com as sucessivas fases [*Etappen*¹⁴] a que esta luta chegou: segundo Hegel, a cultura oriental é a era em que apenas um, o déspota oriental, é livre; a antiguidade é o período de liberdade para alguns; os tempos modernos caracterizam-se pelo fato de, tendencialmente, todos serem livres.

Para Hegel, o problema da igualdade de todos os seres humanos é tão decisivo que chega às linhas de pensamento mais abstratas da sua teoria do conhecimento e lógica. A sua crítica à filosofia de Schelling, que atribui apenas a alguns poucos gênios filosóficos a “intuição intelectual”, o método de conhecer a verdade, parte deste ponto de vista. Hegel considera revoltante assumir que o conhecimento da verdade não dever ser possível para todos. De acordo com Hegel, se cada um é capaz de trabalhar concretamente para alçar-se até este nível de cultura intelectual depende, é claro, de circunstâncias externas e internas. Mas todos têm a possibilidade de fazê-lo, todos devem tê-la. E ele ilustra a sua linha de pensamento com o exemplo característico de que nem todos podem ser imperadores ou marechais, mas a possibilidade de se tornar imperador ou marechal não deve ser negada a nenhum ser humano.

Este espírito atravessa a literatura progressista que emergiu imediatamente sob a impressão da Revolução Francesa de 1789. Nós somente faremos referência a um aspecto típico em que a experiência profundamente vivida desta igualdade e igualdade de direitos para todas as pessoas foi expressa de forma poética: a apresentação de grandes figuras plebeias que emergiram das profundezas do povo sem abandonar, nem intelectualmente, nem na cultura que manifestam, o patamar das suas origens, e que se revelam, por se sentirem humanas e morais, como tipos exemplares e superiores. Antes da Revolução, Goethe já tinha criado tal figura através da personagem Klärchen: a pessoa mais corajosa e mais abnegada neste drama da Revolução Holandesa, uma figura que, com necessidade orgânica, pôde aparecer para o moribundo Egmont como o gênio da liberdade. E com a sua Dorothea, com o seu Philine (*Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*¹⁵), Goethe, sob a impressão da Revolução Francesa, continua de forma consistente e corajosa esta linha de desenvolvimento. Algumas décadas mais tarde, com a sua Jeanie Deans (*The Heart of Midlothian*¹⁶), Walter Scott cria o exemplo mais significativo deste tipo, uma jovem simples do campo que, com a sua honestidade moral inabalável, com a sua autenticidade e bravura humana, demonstra de modo triunfal a superioridade das forças populares plebeias sobre todos os círculos culturalmente superiores da sociedade.

A concepção de Goethe de literatura mundial [*Weltliteratur*¹⁷] é também um produto deste período. Ela se baseia no sentimento e no conhecimento de que a poesia de cada nação, se é autêntica, é absolutamente igual em seu valor e é igual em direitos; que uma cultura verdadeiramente humana só pode surgir do conhecimento [*Kennenlernen*] recíproco entre as poesias nacionais, da interpenetração recíproca da cultura das nações singulares, do concurso cultural pacífico entre povos iguais em direitos. Assim, a literatura universal de Goethe abrange o mundo inteiro, desde Homero e Hafis até Balzac e Stendhal;

desde a Bíblia, vista como uma produção poética, até os cânticos populares sérvios e gregos modernos e os primórdios da literatura checa.

Os grandes escritores deste período rompem nas suas obras com os preconceitos do chauvinismo estreito, com os preconceitos religiosos e raciais, com as divisões erigidas entre as pessoas e entre os povos. Basta se referir aqui a *Ivanhoe*¹⁸ de Walter Scott. O seu conteúdo não é apenas a ruptura das barreiras divisórias entre normandos e saxões na Inglaterra; o seu caráter mais interessante e notável é antes a judia Rebekka, cujo humanismo simples e firme se põe a prova no mundo obscuro dos preconceitos medievais, mesmo diante da fogueira, despontando para ser o prenúncio de uma nova época de igualdade inerente entre todos as pessoas e entre todos os povos.

Era um “glorioso amanhecer”, mas o dia que se seguiu estava repleto de esforço e luta. A grande Revolução Francesa foi a realização de uma aspiração secular dos melhores representantes da humanidade; mas, como cada realização no curso da história até o momento, eles viram na sua efetividade algo diferente daquilo que era a sua ansiosa expectativa. Os seus precursores intelectuais imediatos, os iluministas, esperavam a efetivação do reino da razão. Mas verificou-se “que esse império da razão nada mais era que o império idealizado da burguesia”¹⁹ (ENGELS, 1975, p.17). A queda das barreiras feudais, a eliminação da desigualdade feudal, o estabelecimento da igualdade de direitos democrático-burguesa, da igualdade e da igualdade de direitos dos seres humanos no Estado, perante a lei, revela necessariamente a desigualdade não resolvida das pessoas nas suas relações econômicas e sociais. Sim, as forças produtivas liberadas pelas grandes revoluções reproduzem precisamente esta desigualdade a um nível mais elevado, mais indisfarçado, mais grosseiro e mais cruel do que nas sociedades anteriores.

Daí a profunda desilusão dos mais nobres e melhores espíritos do mundo. A reação foi capaz de explorar esta desilusão por sua vitória temporária, por seu domínio temporário. Mas desta desilusão resultaram também as mais importantes tendências ascendentes do pensamento, da política e da arte do século XIX. Esta desilusão é o ponto de partida, intelectual e experimental, dos sistemas dos grandes utópicos, como Saint-Simon, Fourier e Owen. Esta desilusão, o confronto com ela e as tentativas de ultrapassá-la formam o problema secular central da grande literatura do século XIX. O trabalho de Balzac, tal como o trabalho de Dickens, toma estas questões como o seu ponto de partida. E mesmo meio século depois, nós encontramos no centro da obra de Tolstói o debate sobre como, a partir daqueles fundamentos econômicos, políticos e culturais que foram criados essencialmente para nós pela Revolução Francesa e as suas consequências, poderia surgir a efetiva igualdade, a efetiva igualdade humana.

A desigualdade real que surgiu no curso do desenvolvimento econômico foi definida com grande acuidade pelo jovem Disraeli, quando fala que o povo inglês é basicamente constituído por duas nações, a dos ricos e a dos pobres. E Anatole France, muito antes de se tornar socialista, expressa o seu desapontamento e insatisfação com o aforismo amargo segundo o qual a lei da sociedade contemporânea proíbe com majestosa igualdade tanto os ricos como os pobres de dormir debaixo de pontes.

Uma decepção semelhante foi sentida no que diz respeito à igualdade dos povos. O Anacharsis Cloots²⁰ alemão saudou entusiasticamente a Revolução Francesa como o início de uma unificação fraterna

entre todos os povos. Muito cedo, porém, as guerras revolucionárias, que tinham sido originalmente lutas defensivas do novo progresso contra a aliança da reação feudal-absolutista, começaram a se transformar em guerras de conquista. Estas conquistas, particularmente no período napoleônico, levaram ao despertar dos povos para uma vida nacional moderna, embora o fizessem em meio a batalhas intensas contra os conquistadores, transformando-se, por sua vez, na conquista e na opressão de povos estrangeiros. Assim, na sequência da grande Revolução Francesa, emerge na Europa a nova vida nacional, o despertar gradual de todos os povos para a autolibertação nacional, para uma vida nacional autônoma em todos os aspectos. Mas mesmo este despertar traz consigo o resultado decepcionante segundo o qual a libertação de um povo sempre se transformou na subjugação e no desmembramento de outro ([por exemplo, a] anexação da Alsácia-Lorena quando a unidade nacional da Alemanha foi estabelecida em 1871).

Todas essas contradições conduzem a uma crise das ideias de 1789, tanto mais porque a suprassunção econômica e social destas contradições assumiu uma forma política, social e ideal clara no socialismo. Agora, os defensores das ideias de 1789 devem não só se opor às tentativas de restauração da velha desigualdade pré-capitalista, como ao mesmo tempo passaram a se ver na defensiva contra a mais nova e elevada forma de igualdade econômica, social e cultural entre as pessoas e entre os povos. A história destas lutas é a história dos séculos XIX e XX.

A humanidade sempre procura os mais diversos caminhos para sair de uma crise profunda. Contudo, as saídas podem conduzir tanto para o avanço como para a regressão. E, para evitar qualquer mal-entendido, deve-se afirmar claramente aqui que, na nossa opinião, o caminho para o progresso não precisa ser nem diretamente e nem em todas as circunstâncias o caminho para o socialismo. Mesmo as tentativas de ampliar as ideias de democracia, da grande Revolução Francesa, de alçá-las a um lugar mais alto, de aperfeiçoá-las, de fazê-las avançar não perderam de forma alguma a sua atualidade nos dias de hoje.

Nas lutas espirituais do século XIX, a tendência em restabelecer as desigualdades pré-capitalistas desaparece gradualmente; ela se encontra numa oposição demasiado forte aos fatos da vida social para manter a sua eficácia por mais tempo. Mesmo as tentativas de eliminar através do pensamento as contradições e oposições da economia, da estrutura social da sociedade capitalista, enquanto se constrói um sistema harmonioso fora da economia agora dominante também são fúteis, falham face às contradições que realmente existem na realidade. O maior teórico da economia capitalista, David Ricardo, admitiu sem reservas, com a honestidade implacável de um grande pensador, este erro de harmonização que havia cometido no seu debate com Sismondí. Ele afirmou inicialmente que quando as máquinas “libertaram” trabalhadores, o ímpeto da produção visava necessariamente trazê-los de volta à produção, para que a harmonia entre oferta e demanda no mercado de trabalho fosse restaurada. Ele admitiu que estava errado.

As oposições, as contradições internas da sociedade capitalista, não devem ser ocultadas. Mas a crítica da desigualdade real, mesmo que seja correta como crítica, pode se transformar muito facilmente numa tendência reacionária: a saber, se a rejeição da desigualdade existente não leva à exigência de um tipo

superior de igualdade, mas degenera numa crítica da igualdade em geral; se, a partir da consideração crítica dos problemas do progresso, da humanização da humanidade, o que se resulta é a sua rejeição em geral. Pensadores deste tipo partem do sentimento, da experiência vivida, de que o atual estado da sociedade não está de acordo com a natureza humana (ou seja, não corresponde às exigências que decorrem deste estado da sociedade, das suas realizações, limites e contradições), e procuram agora uma desigualdade que esteja “de acordo com a sua natureza”.

Qualquer pensamento deste tipo – por mais espirituoso, mesmo engenhoso, que seja – é reacionário no seu núcleo mais íntimo, porque se opõe à lógica de avanço da história humana. Assim, a crítica de Carlyle da sociedade capitalista na Inglaterra transforma-se na tendência reacionária de uma restauração peculiar da Idade Média. Por sua vez, a crítica da democracia moderna em Sorel, a dúvida acerca das concepções de progresso feitas até aqui, frequentemente vulgarizadas, tornaram-se um veículo para tendências reacionárias. Da mesma forma, a filosofia de Nietzsche da raça superior e inferior, da aristocracia como um estado “natural”, da superação da decadência (ou seja, no caso de Nietzsche: da democracia moderna, do ressentimento plebeu), do super-homem [*Übermensch*] como o significado do desenvolvimento humano, etc., é reacionária em sua essência.

Todas essas teorias reacionárias têm causado muita confusão, e em particular entre a intelectualidade; têm levado alguns a desviar-se do esforço de servir ao progresso; têm sobretudo tornado intelectualmente indefesas frações muito valiosas da *intelligentsia* na luta contra a reação. Mas tudo isso não foi capaz de parar o movimento progressivo, pois até os nossos dias as ideias reacionárias da última moda geralmente têm aparecido contra os progressistas numa competição pacífica de ideias. Basta pensar nos duelos verbais e escritos entre Chesterton e Shaw, que se prolongaram ao longo de décadas. E quando as tendências reacionárias de desigualdade assumiram uma forma organizativa determinada, foi em um jogo aparentemente inocente de pequenos grupos isolados, tal qual o círculo aristocrático de George²¹, encerrado em si mesmo. Mesmo a concepção racial da história e da cultura, entre os seguidores de Nietzsche ou independentemente dele, como entre Gobineau, Chamberlain, Adolf Bartels, etc., só poderia causar diretamente uma confusão reacionária eficaz politicamente em círculos relativamente pequenos.

Foi apenas ao nazismo que se reservou, pela sua prática bárbara, levar as ideias concentradas da reação para a rua, para fora dos salões de intelectuais, para fazer delas a base de uma forma de dominação, de uma política interna e externa de um Estado poderoso. (Claro que tem os seus precursores, reconhecidamente muito mais modestos: os “Cem-negros²²” na Rússia czarista, o movimento antisemita de Lueger na antiga Áustria, etc.) Tudo o que a reação europeia reuniu na grande crise secular desde a Revolução Francesa, todos os pensamentos desesperados e confusos de pessoas perdidas tornaram-se no nazismo a demagogia mais baixa de uma barbárie firmemente organizada. A tecnologia mais moderna, as mais altas realizações da civilização técnica, desde a publicidade americana a tanques e aviões, foram por ela reunidas e postas em marcha para a destruição da cultura e da civilização.

O centro ideológico desta barbárie, organizada com base nas mais altas realizações da tecnologia moderna, é a teoria racial. Ela rejeita todos os resultados essenciais do desenvolvimento cultural da

humanidade até agora, sobretudo a igualdade entre as pessoas e entre os povos, conquistada através de milhares de anos de luta. Segundo a teoria racial, apenas o ser humano ariano-germânico tem o direito de viver (e sabemos que a arbitrariedade do círculo restrito do *Führer* determina qual a pessoa ou quais os povos que podem ser considerados plenamente arianos).

A moral da teoria racial, o “tudo é permitido” em relação aos estranhos à raça, é o desencadeamento, ou mesmo a mobilização de todos os instintos bárbaros que ainda estão adormecidos em muitas pessoas, mas que foram reprimidos durante o domínio da civilização, sendo reeducados para se direcionarem para caminhos civilizados. Tudo isto é agora libertado pelo nazismo e alçado à mais alta virtude. Se tivesse triunfado, teria enviado a humanidade de volta ao nível civilizacional do canibalismo – um canibalismo, é verdade, que faz uso da moderna tecnologia de extermínio, o que não teria tornado a situação melhor.

Mas o nazismo não só extermina as pessoas e os povos que combate, como também é um inimigo perigoso daqueles que o seguem voluntariamente ou que são forçados a fazê-lo pelo terror. A moralidade da teoria racial, a moralidade segundo a qual tudo é permitido contra o inimigo, tem introduzido uma profunda degradação moral no povo alemão. Também na antiguidade, os povos ainda estavam separados uns dos outros, mas o estado de ausência de direitos, de arbitrariedade desumana, já tinha sido superado pela regra legal do *jus gentium*²³. A Idade Média também conheceu uma opressão cruel a determinadas ordens, mas mesmo a esta opressão foram estabelecidos certos limites e regras pela lei e pelos costumes. Mesmo na coexistência das castas orientais, estritamente separadas, havia um sistema determinado de direitos e deveres, através dos costumes e das prescrições religiosas. O nazismo é uma forma de manifestação única da barbárie completa: por um lado, direitos ilimitados para um pequeno grupo de senhores; de outro, milhões e milhões de escravizados sem direitos. Em meio a este processo – e esta é a manifestação mais paradoxal da sua história –, ele criou a partir do povo alemão, essencial e completamente escravizado e degradado ao posto de instrumento sem vontade do terror de Hitler, um exército de capangas e carrascos contra os povos dissidentes na própria Alemanha, e contra os povos amantes da liberdade fora da Alemanha.

É compreensível que todo o mundo civilizado tenha tido de se revoltar contra esta barbárie organizada e sistemática. A frente única de todas as pessoas e de todos os povos que amam a liberdade contra o nazismo é, portanto, uma profunda necessidade histórica para a salvação da civilização humana.

Pode-se ser completamente irreligioso, mesmo um ateu militante, e ainda admirar e apoiar a resistência heroica dos católicos e dos cristãos confessos²⁴ alemães ao regime bárbaro de terror de Hitler, ao enxergar neles uma defesa da cultura humana. Quando os católicos e cristãos protestantes confessos protestam em nome da sua religião contra a teoria racial, quando professam que perante Deus não existem distinções raciais, que perante Deus todas as almas humanas, independentemente da sua raça, têm o mesmo valor, esta é a voz do progresso contra o nazismo. O comunista ateu e o devoto católico ou cristão confesso podem combatê-lo juntos, com base na mais profunda convicção. Diferem uns dos outros na medida em que defendem diferentes momentos históricos do avanço da humanidade contra a

barbárie, que, por sua vez, possuem patamares históricos muito diferentes na elaboração da igualdade entre as pessoas e entre os povos – e isto pode causar antagonismos muito profundos em outros contextos – mas, como opositores do nazismo e da sua teoria racial, ambos lutam pela igualdade, contra a desigualdade por princípio.

O nazismo, com a sua teoria racial, significa o extermínio de todas as civilizações e culturas humanas. Ele tinha que ser destruído, pois a sua mera existência ameaça de maneira incessante todos os povos e as pessoas que amam a liberdade; com a sua destruição e só através dela o mundo poderá retomar o caminho para a civilidade, cujo valor histórico, as possibilidades e as direções do seu desenvolvimento, só poderão e só voltarão a ser discutidas após esta destruição. Mas esta destruição é o pré-requisito para tudo: é a salvação do futuro, a salvação das pessoas e dos povos oprimidos; é também a salvação do povo alemão da sua mais profunda degradação política e moral.

Notas

* LUKÁCS, György. Der rassenwahn als feind des menschlichen fortschritts. In: **Schicksalswende: beiträge zu einer neuen deutschen ideologie**. Berlin: Aufbau Verlag, 1956, p. 115-128. O texto original não possuía notas de rodapé. Todas as notas que se seguem são notas do tradutor.

¹ György Lukács (1885-1971) foi um filósofo húngaro, considerado um dos principais articuladores da teoria marxista no século XX. Na sua juventude, ainda como um autor que transitava entre Kant, Hegel e Kierkegaard, atingiu notoriedade internacional através de obras como *A alma e as formas* e *A teoria do romance*. Em 1918, rompe com o seu mentor à época, Max Weber, e adere ao marxismo e ao Partido Comunista da Hungria, liderado por Béla Kun. Assumiu tarefas de direção militar e foi vice-comissário do povo para educação e cultura na breve experiência da República Húngara dos Conselhos, entre 1918 e 1919. No ano de 1923, busca uma profunda renovação da teoria marxista com *História e consciência de classe*, livro propositivo de uma teoria da reificação que influenciou diversas correntes intelectuais ao longo do século, apesar do “hegelianismo exacerbado” que permeia o texto, como o próprio autor admite, já em sua obra tardia. Durante a sua trajetória, contribuiu para um amplo conjunto de discussões no campo da estética, da política e da história da filosofia, em obras como *Goethe e seu tempo*, *O jovem Hegel*, *A destruição da razão*, *Existencialismo ou marxismo* e *Introdução a uma estética marxista*. É possível afirmar que foi na velhice que Lukács atingiu o seu ápice intelectual, ao assumir projetos ambiciosos de contribuição teórica, como a sua grande *Estética* e uma *Ética* que não chegou a ser escrita, mas que gerou o texto *Para uma ontologia do ser social*, uma das mais completas sistematizações da filosofia marxista já feitas, objeto de crescente debate no Brasil.

² Doutorando, mestre e licenciado em Filosofia pela UFBA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0420195950695960>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2247-4632>. E-mail: andrefbrandao96@gmail.com.

³ Todos os termos vinculados à ideia de *Wirklichkeit* foram vertidos ao português como realidade e efetividade, de acordo com o melhor ajuste ao sentido corrente na passagem em questão. A realidade figurada em *Wirklichkeit* não pode ser entendida como uma realidade estanque, mas sim como uma realidade efetiva, “apreendida em sua dinâmica, em seu movimento profundo, que nunca se restringe ao meramente dado”, na medida em que “*wirken* [...] significa atuar, efetuar”. Cf. KONDER, L. **Hegel: a razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 66.

⁴ O termo alemão *Mensch* e os seus derivados foram traduzidos como “humano” e “ser humano”, quando assumem caráter de maior generalidade, e “pessoa”, quando se referem ao indivíduo humano.

⁵ Alguns termos utilizados por Lukács neste parágrafo, tais quais “hipnose” [*Hypnose*] e “sugestão das massas” [*Massensuggestion*] indicam uma apropriação crítica do quadro conceitual freudiano mobilizado em *A psicologia das massas e análise do Eu*, livro que foi objeto de rigoroso balanço crítico do filósofo húngaro na época de seu lançamento, chegando a publicar uma resenha sobre o texto. Cf. FREUD, S. **A psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (Freud 1920-1923)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.; LUKÁCS, G. **A Psicologia das Massas em Freud. Psicanálise & Barroco Em Revista**, Juiz de Fora, 7(1), p.219-224, 2009.

⁶ Na divisão social do trabalho presente na Esparta da Grécia Antiga, os hilotas eram os escravizados pertencentes ao Estado, cujo trabalho forçado compunha a base material para que outros estratos sociais pudessem se demitir da produção e se dedicar integralmente à política e à vida militar.

⁷ O nazismo criou o qualificador *arteigen* para identificar aquilo que seria “próprio da espécie”, em contraposição à *artfremden* e *Rassenfremden*, respectivamente, aquilo que poderia ser qualificado como “estranho à espécie” e aqueles que seriam “estranhos à raça”.

⁸ A palavra *Führer* [líder] foi mantida na língua original pelo seu uso corrente nas discussões em língua portuguesa sobre a experiência nazista.

⁹ Não é trivial a tradução de *Gesittung* por “civildade”, ainda mais quando o termo está inserido no contexto da filosofia lukacsiana. Entre os tradutores de Lukács no Brasil, podemos encontrar as opções por “comportamento civilizado” (Sergio Lessa) e “disposição moral” (Ronaldo Vielmi Fortes). De partida, temos que recordar que *Sitte*, componente fundamental de *Gesittung*, significa um tipo particular de costume, estritamente de ordem moral, diferentemente de *Gewohnheit* (o costume enquanto hábito, enquanto aquilo que se faz simplesmente por estar acostumado) e *Brauch* (o costume enquanto tradição, no sentido mais amplo, supra-moral). O termo *sittlich*, por sua vez, significa “moral” (quando adjetivo) e “moralmente” (quando advérbio). Já *gesittet* é uma palavra amplamente traduzida como o qualificador daquele que é “civilizado”, sob uma perspectiva moral de civildade. De tal sorte, a “civildade” enunciada em *Gesittung*, diferentemente de *Zivilisation* e *Kultur* (no alemão, “civilização” e “cultura” são termos quase que sinônimos), refere-se às disposições de ordem moral adquiridas por uma experiência específica em comunidade: com os costumes (morais) postos em circulação, que, por seu turno, são um patrimônio humano adquirido pelo desenvolvimento das atividades dos seres sociais ao longo de sua história, patrimônio este seriamente ameaçado pela barbárie nazifascista e sua degradação moral intensiva.

¹⁰ Apesar de *Gleichheit* e *Gleichberechtigung* significarem, literalmente, “igualdade” e “igualdade de direitos”, *Gleichberechtigung* em diversos momentos assume o sentido de “igualdade” e pode ser traduzido como tal. As duas alternativas foram utilizadas nesta tradução.

¹¹ Todos os termos que são oriundos da noção de *Geist* foram traduzidos como “espírito” ou “intelecto”, variando de acordo com o melhor emprego para cada circunstância do texto. Cabe lembrar que, para o marxismo, a noção de espírito é tomada em um sentido diverso de sua versão metafísica, religiosa, fazendo referência, em sentido contrário, à dimensão ídeo-cultural das articulações de uma sociedade, aspecto da práxis humana que não pode ser visto como um campo exterior à materialidade e à vida econômica dos sujeitos e da comunidade – o que também não implica na compreensão de um determinismo por parte de nenhum deste momentos da agência social, significando de fato a sua interpenetração recíproca. Nesse sentido, as distinções operadas pela teoria marxista entre tais complexos sociais só podem ser no máximo distinções analíticas, recurso momentâneo da atividade intelectual para apreender a autonomia relativa e a especificidade de uma faceta do objeto em meio à sua dinâmica totalizada.

¹² Normalmente, *Rad* é traduzida como “roda” para o português, justamente por ser a sua acepção mais frequente na língua alemã. Aqui, traduzimos o termo como “rotor”, um dos sentidos possíveis do termo *Rad*, que é a parte de um motor que produz, por meio da sua dinâmica, o movimento de rodas, turbinas e compressores. Assim, o “rotor do desenvolvimento” [*das Rad der Entwicklung*] pode ser encarado como o impulso, a dinâmica, a força do desenvolvimento, evitando que o leitor lusófono assumia a interpretação apressada que, ao ler a expressão “a roda do desenvolvimento”, pode imputar ao filósofo húngaro uma visão circular sobre a história, como vemos, por exemplo, em Maquiavel, que estimula o ator político a observar as decisões tomadas por figuras de destaque do passado, como Cesar Bórgia, justamente porque as suas façanhas antecipam tarefas que certamente aparecerão na luta pelo poder do presente. Inequivocamente, não há base para uma leitura circular do olhar lukacsiano sobre a história, profundamente aberto, ciente das possibilidades concretas de intervenção histórica dos sujeitos, sem ficar retido em um circuito fechado, que se repete indefinidamente.

¹³ Todos os termos que partem da noção alemão de *Aufhebung* foram traduzidos como “suprassunção”, neologismo estabelecido por Paulo Meneses, na medida em que ela revela uma precisão conceitual maior que as demais alternativas utilizadas na tradução brasileira, como “superação” e “superação dialética”, por revelar em uma mesma expressão os elementos de negação (“sumir”), conservação (“assumir”) e elevação (“supra+assumir”). *Aufhebung* foi vertido ao português como “supressão” quando o emprego do conceito no texto é claramente de cunho negativo.

¹⁴ Ao longo do texto, a tradução de *Etappe*, palavra alemã polissêmica, por “etapa” foi furtada para evitar o estímulo a uma leitura etapista do hegelianismo, do marxismo e do marxismo sob a peculiar perspectiva lukacsiana, que esquematiza o desenvolvimento da história, compreensão do marxismo e da tradição dialética que sempre foi condenada pelo filósofo húngaro.

¹⁵ GOETHE. **Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister**. São Paulo: 34, 2009.

¹⁶ SCOTT, W. **The heart of Midlothian**. Oxford: Oxford World's Classics, 2009. Livro sem edição brasileira.

¹⁷ O conceito de *Weltliteratur*, consolidado por Goethe, tem sido traduzido por “literatura mundial” ou “literatura universal” pela tradição lusófona. A presente tradução optou pelo uso das duas alternativas quando a expressão aparece no texto, a fim de explorar na leitura o seu potencial ampliado, seja nos termos de um campo cultural que se

estende para além das barreiras nacionais, seja pela universalização possível dos construtos deste campo, por via da reunião de sujeitos e povos em torno da figura da generidade humana.

¹⁸ SCOTT, W. **Ivanhoé**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

¹⁹ No original, „*daß die ewige Gerechtigkeit ihre Verwirklichung fand in der Bourgeoisjustiz*“. ENGELS, F. Anti-Dühring. In: MARX, K; ENGELS, F. **Marx-Engels Werke – band 20**. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1975. [Ed. bras.: ENGELS, F. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 46.]

²⁰ Anacharsis Cloots foi um dos revolucionários jacobinos franceses. Ao falar em um “Anacharsis Cloots alemão”, Lukács talvez esteja fazendo alusão às figuras alemãs da época que possuíam os mesmos propósitos que a corrente de Robespierre, observadores entusiasmados do que se passava na França.

²¹ Aqui, Lukács se refere ao círculo intelectual organizado por Stefan George, poeta alemão, dotado de uma perspectiva profundamente aristocrática e conservadora.

²² Organização política e paramilitar russa fundada em 1905 com o objetivo de defender o czarismo e combater o socialismo e a revolução. Destacavam-se pelo assassinio de revolucionários e pela perseguição de intelectuais e judeus.

²³ O *jus gentium* refere-se ao conjunto de direitos que regulavam a agência dos romanos frente a sujeitos e povos exteriores aos domínios de Roma, independentemente da presença ou completa ausência da forma jurídica na sociedade em questão, como um esboço do que viria a ser o direito internacional.

²⁴ Os cristãos confessos foram os membros da Igreja Confessante, movimento cristão de base protestante que atuou na resistência contra o nazismo na Alemanha.

Recebido em: 31 de maio 2022

Aprovado em: 21 de jul. 2022